conferência

Museu Nacional: elogio, lamento, augúrio

31 de outubro de 2018
Departamento de Antropologia/UnB

Luiz Fernando Dias Duarte
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil

É uma satisfação estar aqui na UnB, no DAN, mais uma vez, depois de tantas outras oportunidades de diálogo passadas. E falar sobre um tema que obviamente nos interessa a todos, já que o Museu Nacional era muito próximo da UnB, por razões históricas que todos conhecem, mas que não deixarei de evocar.

Tenho sido obrigado a falar com frequência sobre o Museu Nacional desde o desastre do 2 de setembro, em função da posição que detenho hoje no Museu, que é a de Diretor Adjunto, e da posição de Vice-Presidente da Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN), que é um recurso muito importante para o funcionamento da instituição. Mas também pelo fato de que sou agora o decano dos ex-Diretores do Museu Nacional, o mais antigo entre os vivos. Detenho assim uma das memórias mais abrangentes e efetivas a respeito do processo histórico da instituição, ao longo desses 40 anos em que estive e continuo ligado ao Museu.

O título que eu lhes ofereci, "Elogio, lamento e augúrio", se refere muito singelamente à oposição entre passado, presente e futuro. Acho que para uma plateia como esta, eminentemente composta, sem dúvida alguma, por cientistas sociais; se não exclusivamente por antropólogos, deve ser oferecida alguma informação sobre o que é o Museu Nacional para além da antropologia. Acho que essa informação não é comum nem mesmo para os antropólogos que lá trabalham. O que foi afetado pelo incêndio foi muito mais do que apenas o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, foi efetivamente o conjunto de uma instituição multidisciplinar e multifacetada, com um acervo cultural e uma identidade histórica notáveis. Uma instituição com uma importância científica notável dentro do quadro nacional e internacional. O elogio a fazer é o dessa qualidade maior do Museu Nacional como uma importante instituição de ciência, como um museu de história natural, categoria em que ele é classificado nos termos do ICOM, o braço da UNESCO dedicado aos museus. O lamento a seguir será uma breve rememoração do que foi a extensão e o grau de destruição sofrido pelo Palácio de São Cristóvão e um testemunho do que sobreviveu ao desastre e de como o Museu está funcionando neste

momento. Finalmente o augúrio incluirá o relato das providências, das iniciativas, que estão em curso desde o dia seguinte ao incêndio para a reconstrução do Palácio e a recomposição da instituição – tudo certamente em um novo patamar. Porque o Museu que tantos de vocês conheceram tão bem, o Museu a que me dediquei nesses 40 anos, morreu, enquanto tal. Mas há um outro museu que está sendo reconstruído fervorosamente. Como testemunho dessa espécie de teimosia fundamental que nós, intelectuais e acadêmicos no Brasil, temos sempre que manter, face às intempéries de todo tipo que nos assolam – as intempéries físicas e as intempéries políticas e econômicas.

Começo, portanto, pelo elogio. É claro que não vou poder lhes apresentar muito detalhadamente a história desses 200 anos. Em uma palestra matinal, com o tempo bem contado, vou evocar apenas alguns pontos, algumas marcas, alguns parâmetros, que me parecem interessantes para compreender como funcionou essa instituição ao longo de seus 200 anos; o que deveria incluir o relato de como se teceram os fios que levaram à criação, por exemplo, do PPGAS em 1968. Mas não vou poder me deter tanto nessa parte da história; até porque temos presentes diversas testemunhas oculares de múltipla profundidade temporal, desde alguns partícipes dos primeiros momentos do processo de surgimento desse espaço da antropologia social moderna brasileira incrustado no velho Museu. Temos aqui, dos primeiros tempos, Roque Laraia, Klaas Woortman, Alcida Ramos. E depois Mariza Peirano, que tanto colaborou com o Museu. E Luís Roberto Cardoso de Oliveira, e Cristina Patriota, e Guilherme Sá, e Marcela Coelho de Souza, seus ex-alunos, como tantos outros deste corpo universitário, evocados hoje por Cristina em minha recepção.

Vou recuar a minha evocação a um momento bem anterior, e chamar atenção para o fato de que, quando o Museu foi criado em 1818, tratava-se de um amontoado de peças heteróclitas: doações da Família Real, quadros e objetos de arte, máquinas, elementos avulsos da natureza, possivelmente alguma coisa que tivesse sido salva do fechamento da Casa dos Pássaros – que tinha sido fundada no final do século XVIII no Rio de Janeiro e fechada pouco tempo depois. Foi só muito paulatinamente que, naquele quadro muito estreito, culturalmente muito estreito, do Rio de Janeiro do começo do século XIX, essa instituição foi se afirmando e foi se tornando efetivamente um núcleo iluminador para as tarefas de ciência e educação no Brasil. Ele serviu, por exemplo, de criadouro de várias instituições muito ativas no século XIX, uma delas pelo menos sobrevivente até hoje, que é o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O IHGB nasceu dentro do Museu Nacional, tendo

realizado lá suas primeiras reuniões. Uma série de outras instituições que foram muito importantes e desapareceram ao longo daquele primeiro século, surgiu no Museu: a Sociedade Filomática, a Sociedade Vellosiana, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – enfim, uma série de núcleos que procuravam debater as questões daquele país nascente e desafiador; questões relativas à sua natureza, ao conhecimento sobre o seu substrato físico, mas já também, muito incipientemente, ao conhecimento dos "usos e costumes" reinantes, na expressão que se usava ainda nos primeiros regimentos do Museu, prenunciando o que viria a ser alguma ciência social, interessada nas populações da terra pátria.

Foi apenas com a geração de 1870 que o Museu realmente assumiu um protagonismo científico de nível internacional. Até aquele momento ele era mais uma espécie de pouso para os naturalistas viajantes que lá deixavam, relutantemente, alguma parte das suas coletas, ou lá passavam algum período trabalhando e treinando o pessoal já brasileiro para as funções que eles, estrangeiros cultivados, tinham desempenhado, como convidados ao quadro nacional. Assim, por exemplo, nos anos 1840, Ludwig Riedel fundou o herbário do Museu Nacional, a coleção de exemplares secos das espécies vegetais – felizmente preservada do incêndio. Toda uma série de iniciativas importantes tinham sido tomadas antes, mas só a partir da década de 1870, com o trabalho desse personagem marcante da história do Museu que foi seu diretor Ladislau Netto, é que a instituição ganhou realmente um dinamismo de impacto internacional. Ladislau era um botânico de formação europeia. Foi um dos primeiros debatedores da teoria da evolução, do evolucionismo darwiniano, um dos primeiros fomentadores dessa discussão no quadro intelectual brasileiro; embora o Museu tivesse nos seus quadros, como naturalista viajante, um dos interlocutores diretos de Darwin, o cientista alemão Fritz Müller, que escreveu uma importante defesa pública da teoria darwiniana e que foi um interlocutor direto do mestre. A partir daquele momento o museu se tornou realmente um lugar de debate intelectual a respeito das grandes teorias que sacudiam o mundo ocidental no último quartel do século XIX. Para tanto, uma série de iniciativas formais e institucionais foram sendo tomadas e que foram fundamentais: a criação da primeira revista científica brasileira ainda em publicação, os *Archivos do Museu Nacional,* em 1876. A edição da revista permitia que a biblioteca do Museu Nacional, que tinha sido fundada já em 1863, pudesse estabelecer a permuta das revistas científicas, o que fazia com que se pudesse ter um acervo atualizado das revistas internacionais a respeito de qualquer área de conhecimento. Isso é o que faz a riqueza até hoje do acervo muito

especial da biblioteca geral do Museu Nacional, que felizmente também foi salva. Um acervo que é de enorme importância histórica, com uma iconografia preciosíssima, centenas de obras raras etc. Ladislau Netto, além do mais, foi quem promoveu as expedições etnográficas que visavam recolher material sobre as sociedades indígenas brasileiras para a montagem da primeira Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882, sob os auspícios do Imperador, e com a presença de uma colônia de botocudos, que participava das atividades e se apresentava aos visitantes, naquele estilo ainda meio colonialista da iniciativa. Isso ainda se deu na velha sede do Museu Nacional no Campo de Santana e os indígenas ficaram tão tensos com a agitação do centro da capital que acabaram abrigados nos jardins do palácio de São Cristóvão. Talvez um prenúncio da disposição antropológica que iria se afirmar naquele local um século depois ... Todo o material da exposição de 1882 se perdeu: os quadros de Décio Villares, as modelagens corporais, as peças da coleção etnológica que estiveram expostas. Temos a memória apenas iconográfica e descritiva desse importante evento. Dou-me conta agora que pulei um episódio importante um pouco anterior, que foi a chamada Expedição das Borboletas. A Comissão Científica de Exploração, de que participou Gonçalves Dias, organizada por um dos diretores do Museu Nacional, Francisco Freire Alemão, e que se dirigiu ao Nordeste e lá recolheu material não só biológico, mas também etnográfico, de enorme interesse. O relatório da Comissão está no Museu Nacional, na biblioteca, junto com uma série de pranchas litográficas fascinantes, sobre a cultura material das populações indígenas daquela região. Ladislau Netto também foi o primeiro a dirigir as participações do Império do Brasil nas Exposições Internacionais ocorridas naquele período (a partir de 1851, quando ocorreu a primeira em Londres). Tratava-se de uma vitrine da civilização ocidental no apogeu do capitalismo, era um lugar onde se exibiam os sinais das identidades nacionais, os sinais do avanço da tecnologia, do avanço do progresso da ciência e também do conhecimento sobre a natureza. O Brasil se notabilizou e se tornou muito conhecido nessas exposições internacionais, particularmente na de 1889 em Paris (a da Torre Eiffel). O pavilhão do Brasil foi muito elogiado, e tinha sido obra de organização do Museu Nacional. Todo esse material relativo à participação do Brasil nessas exposições também se perdeu, pois se encontrava na coleção de etnologia. Ladislau Netto foi ainda o diretor que teve que se ocupar da transferência da antiga sede, a do centro da cidade, para o palácio de São Cristóvão. Com o advento da República, o Palácio foi esvaziado, houve o leilão dos bens do Paço, e ali se realizou, no Pátio do Chafariz, coberto e adaptado para a ocasião, a

primeira Assembleia Constituinte da República, de cujo plenário ainda se herdaram algumas cadeiras; que também agora desapareceram. Assim que terminou o trabalho da Constituinte, surgiu essa ideia de acolher no Palácio, que era um símbolo forte da monarquia extinta, o Museu Nacional, o templo da ciência brasileira. Era bem tipicamente o desejo positivista de deslocar os velhos valores e entronizar no seu lugar a ciência e a modernidade. Embora o Museu ainda encarnasse a essência da ciência brasileira naquele fim de século, algumas instituições homólogas tinham sido criadas na última década, como o Museu Goeldi (na verdade anterior, mas dinamizado a partir de 1894) e o Museu Paulista (1893). Ambos foram inicialmente dirigidos por ex-pesquisadores do Museu Nacional. Um pouco mais adiante, em 1900, criava-se o Instituto Soroterápico, núcleo precursor da Fundação Oswaldo Cruz. O campo científico brasileiro começava a se complexificar e a competir com o Museu Nacional pela direção da pesquisa nacional. No momento do primeiro centenário do museu, em 1918, que mereceu a presença do Presidente Venceslau Braz, as comemorações já se deram num Palácio amplamente reformado para abrigar a ciência, ao invés da Corte. Ele passou por duas grandes reformas nesse sentido, uma primeira em 1910-1911, em que, ao mesmo tempo, se abriu ao público o parque da Quinta da Boa Vista, e outra em 1916, que habilitou o Palácio a abrigar os laboratórios, toda a parafernália técnica necessária para a prática da ciência. Nesse momento, por exemplo, se fez instalar toda uma canalização de gás para alimentar os bicos de Bunsen que eram essenciais para a pesquisa naturalística. Felizmente na minha gestão eu tinha conseguido estancar o fluxo de gás ao longo de todo o Palácio; porque, se não, agora não teriam sobrado nem suas paredes.

Compulsando o relatório das comemorações de 1918 já se encontra um artigo de outro personagem fundamental, Edgard Roquette-Pinto; que vai demarcar, a meu ver, o longo período seguinte, de dedicação intensa à educação. Roquette-Pinto, que foi diretor do Museu Nacional, tem sua imagem justamente associada ao estímulo à educação, sob diferentes formas. Ele desencadeou uma série de iniciativas que são históricas, como a criação do primeiro sistema de radiodifusão educativa do Brasil, a criação da primeira Revista Brasileira de Educação, o estímulo à produção de filmes etnográficos, e – no caso do Museu Nacional – a criação do primeiro serviço institucional sistemático de educação, a Seção de Assistência ao Ensino, até hoje ativíssima. A geração de Roquette Pinto, que incluía uma série de outros personagens de grande relevo, é um dos focos intelectuais fortes do período do entreguerras no Brasil. Nesse ambiente surge outro personagem que representará a passagem

para o pós-Segunda Guerra: Heloisa Alberto Torres. Tendo sido discípula aplicada de Roquette, Heloisa já podia, a essa altura, se dedicar a uma antropologia mais próxima do sentido em que nós a compreendemos hoje. Roquette ainda ocupava uma posição de transição entre uma antropologia mais geral, uma antropologia *"four fields"*, em que a antropologia biológica era a variante hegemônica, para uma antropologia cultural. Já há sinais evidentes em sua obra de uma mudança de rumo na direção da autonomia e da especificidade das ciências humanas. Eu, aliás, pulei um ponto importante da história do Museu, que foi, ao final da gestão Ladislau Netto, o período em que o Museu esteve envolvido nos debates a respeito da relação entre raça e civilização, com a teoria do embranquecimento progressivo da população brasileira, a famosa teoria da qual um dos diretores do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, cientista de renome internacional, foi um dos defensores. Ele integrava um grupo maior de intelectuais que, na época, se envolveu com uma teoria que hoje parece tão obviamente racista, mas que naquele momento era um sinal de alento para o reconhecimento da positividade da miscigenação e para as possibilidades civilizatórias da nação. Na medida em que se contrapunha aos determinismos radicais ao estilo Gobineau, de uma fatal degeneração da sociedade brasileira em função da miscigenação, essa teoria do embranquecimento progressivo se articula exatamente com o esforço da civilização pela educação que marcou o entreguerras. Há um nexo aí pela educação, pela promoção de um sistema educacional ampliado e generalizado, profundo, intenso e competente, mediante o qual se esperava que o Brasil enveredasse pela senda da civilização. Durante a Segunda Grande Guerra é um outro personagem, externo ao Museu Nacional e que teve mesmo uma certa rivalidade com a Heloisa Alberto Torres, Arthur Ramos, que assumiu o protagonismo em relação à antropologia nascente, assinando e promovendo um importante manifesto contra o racismo e criando a primeira associação brasileira de antropologia e etnologia – que teve, infelizmente, uma duração curta. Só mais adiante é que foi criada a ABA, com base em uma decisão da primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional em 1953. A partir de Heloisa Alberto Torres, temos então uma dedicação mais explícita àquilo que se poderia chamar hoje de antropologia social ou cultural, e é graças à influência do trabalho organizador de Heloisa que o Museu alcançou um de seus momentos de maior visibilidade na administração pública brasileira. Ela participou da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em cujo Conselho Consultivo hoje Roque Laraia representa a ABA. Ela participou da Comissão de Fiscalização das Explorações Científicas, uma

instância fundamental para a circulação das missões científicas no território brasileiro. Foi ela, por exemplo, que dialogou com Lévi-Strauss, recebendo-o no Museu Nacional, em episódio registrado por uma bela foto no Jardim das Princesas em que os dois aparecem, ladeados por Charles Wagley, Ruth Landes, Luiz de Castro Faria e Edson Carneiro. Também presidiu o SPI, o Serviço de Proteção aos Índios, herança do Marechal Rondon, cujo retrato de corpo inteiro, pendurado no saguão de entrada do Museu Nacional, felizmente se preservou, miraculosamente. Está lá guardado para a futura reconstituição do Museu.

É a partir de Heloisa Alberto Torres que tem início a carreira de Luiz de Castro Faria, outro personagem fundamental, que vai fazer a transição para o novo período da antropologia do Museu desencadeado pela criação do PPGAS, em 1968. Castro Faria ainda era um antropólogo de formação abrangente, capaz de debater arqueologia, antropologia biológica e antropologia social ao mesmo tempo, e foi notável a maneira como ele se concentrou numa possibilidade de conexão mais direta com a antropologia social e com a etnologia, ensejando a acolhida ao grupo que finalmente ali se constituiu, primeiro nos cursos de especialização ministrados desde o início dos anos 1960, e depois no projeto do PPGAS. E mais não acrescento sobre esse período seminal, entre Luiz de Castro Faria, Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, pois já se dispõe de histórias específicas do PPGAS – e, como mencionei, estou em face de diversos participantes desse começo da história – mais competentes sobre essa memória do que eu.

Esse é o perfil assim muito por alto dos fios que trouxeram, dentro da história daquela Casa, a possibilidade de que ali se abrisse, num ano tão particularmente infausto como 1968, uma instituição voltada de maneira muito intensa para o conhecimento crítico da realidade nacional. Um conhecimento que se nutria das melhores novidades da produção internacional para esclarecer as condições, por um lado, do indigenato brasileiro, por meio de um projeto com Harvard, e, por outro, do campesinato, das populações rurais do Nordeste, por meio do projeto Emprego e Mudança Social do Nordeste – como já mencionei hoje aqui. Moacir Palmeira e Lygia Sigaud encabeçavam este último projeto; a que se ligavam, de certa maneira, Francisca Keller e Giralda Seyferth, com suas pesquisas em São Paulo e Santa Catarina. Esse é o período heroico em que o Programa se consolidou através basicamente desses dois grandes projetos, mas também de uma série de outras iniciativas específicas, como a de Gilberto Velho, criando no Brasil uma primeira escola de antropologia urbana. Ao lado de muitas outras linhas de pesquisa, mais específicas, como a

de Otávio Velho, com o seu trabalho pioneiro em relação à fronteira, às frentes de expansão da sociedade nacional. A relação da ocupação dos territórios a oeste com o sentido da nacionalidade, e com o papel que o trabalho rural tinha em relação à posse da terra, ensejou afinal outra fecunda linhagem de trabalhos do Programa.

Agora passo ao lamento.

O Museu Nacional vinha já há muitas décadas lutando ferrenhamente para vencer três desafios fundamentais: a chuva, os cupins e o fogo. Os riscos da água da chuva enfrentamos através de uma série de projetos pela Lei Rouanet, com o apoio da Petrobrás, de tal modo que os telhados tinham sido praticamente todos refeitos, com a exceção de um problema renitente no Torreão Sul, em cujo terceiro andar ficava o Quarto do Imperador, ocupado pelo gabinete da Direção. Os cupins tínhamos conseguido também controlar, através de uma técnica nova de cintamento em torno do Palácio, com iscas que destroem a capacidade reprodutiva desses devastadores insetos. É verdade que a interrupção dos recursos da Universidade para a manutenção desse sistema já nos assustava ultimamente com a possibilidade do retorno dos cupins.

Mas o fogo era bem mais complicado. Era impossível ter um sistema eficiente de prevenção de incêndio num palácio histórico todo em madeira, atulhado de coleções altamente inflamáveis (algumas diretamente inflamáveis, já que havia coleções biológicas em meio líquido ainda dentro do Palácio). Chegamos a ter um sistema de prevenção de incêndio tentativo, que, após alguns anos, se revelou insuficiente, dadas as dificuldades da manutenção, sempre precária devido à falta de recursos da universidade. Nessa luta, se revelava que a única solução efetiva para o Museu era a obtenção de espaços externos para a realocação de tudo aquilo que estava lá entulhando o Palácio. Nosso projeto institucional, que se formalizou de maneira mais clara durante a minha gestão como Diretor, graças ao apoio benemérito do CNPq, era o de retirar progressivamente toda a vida acadêmica, toda a vida científica, toda a vida administrativa, do Palácio e dedicá-lo exclusivamente às exposições e à educação ampliada associada às exposições. Esse processo avançou muito lentamente, numa queda de braço com o IPHAN, que não permitia construir os nossos anexos no espaço do Horto Botânico. Não sem uma certa razão, sem dúvida. Só que nós nunca conseguimos outro espaço além daquele. O bairro de São Cristóvão tinha cinco quartéis, todos eles foram desmobilizados pelo Ministério do Exército, lutamos pela obtenção de cada um deles – e não conseguimos nenhum. Teriam sido um espaço privilegiado para a expansão e realocação do museu.

No começo de minha gestão como Diretor, tínhamos recursos da Petrobrás pela Lei Rouanet para reformas no Palácio e possivelmente para aquisição de algum espaço externo. Negociamos a possibilidade de aquisição da sede de uma empresa que estava se retirando de São Cristóvão, vizinha da Quinta da Boa Vista. No momento em que estávamos para fechar o negócio, a técnica da Petrobrás encarregada da negociação disse que não iria aprovar porque não havia garantias de que o MEC fosse pagar as contrapartidas que esperava a Petrobrás. Mais uma perda fundamental.

Exauridas as possibilidades externas, finalmente tentamos uma outra solução, que foram as construções no Horto, com a contratação de um arquiteto que tinha um enorme prestígio dentro do IPHAN, o Glauco Campelo, para o desenho dos novos cinco anexos. Com isso conseguimos a autorização para o último prédio que chegamos a construir lá, que é o do Departamento de Botânica, um belo prédio, que abriga o precioso Herbário. A construção desse anexo, como a dos anteriores (a Biblioteca e o Departamento de Vertebrados), dependeu sempre de manobras, de luta com o aparelho de estado, para conseguir fazer com que o Museu vencesse seus estrangulamentos e suas limitações. Tentamos ainda construir os demais anexos, mas, com a Petrobrás ferida pela crise econômica mundial de 2008, tornou-se impossível prosseguir naquela trilha. A Petrobrás fechou a bolsa para esses grandes empreendimentos do Museu Nacional – e ela era a única empresa brasileira com capacidade de atender às necessidades milionárias do Museu.

A partir daquele momento, partimos para outra linha de ação, que foi a da obtenção de emendas parlamentares. Não sei se todos os presentes sabem, mas existem emendas parlamentares individuais e existem emendas parlamentares de bancada (das bancadas estaduais no Congresso). As emendas parlamentares individuais têm um teto relativamente baixo, que eu acho que gira atualmente em torno de 300 ou 400 mil reais. Já as emendas de bancada podem ser bem maiores, bem mais volumosas. Conseguimos mobilizar a bancada do Rio de Janeiro, que é provavelmente a bancada mais desunida do da federação brasileira, e conseguimos fazer aprovar em 2013 uma emenda de bancada de 21 milhões, que teria sido a salvação do Museu naquele momento. Em 2014 não vimos, porém, nem um centavo desse dinheiro; tudo foi contingenciado. Conseguimos emendas individuais de deputados do Rio, Alessandro Molon, Chico Alencar e Fernando Gabeira, mas que não eram suficientes evidentemente para a magnitude das demandas do Museu.

Desanimados com essa frente, partimos então para uma negociação com o BNDES. A partir de 2015 estávamos negociando com o BNDES, que tem uma

linha de apoio para a recuperação de prédios históricos, um contrato de valor considerável, cuja aprovação foi anunciada na festa de comemoração dos 200 Anos do Museu no dia 6 de julho passado. São 21 milhões de reais, que incluem o projeto e a instalação de um sistema de prevenção de incêndio e pânico. O desastre ocorreu assim da maneira mais perversa possível, logo após a comemoração jubilosa dos 200 Anos, após a aprovação do contrato com o BNDES, e com uma nova gestão extremamente ativa e combativa, encabeçada pelo paleontólogo Alexander Kellner. Logo em seguida à aprovação desse projeto, o dinheiro não chegou a sair porque entramos no período eleitoral, quando dinheiros públicos não podem ser liberados. Mas não teria dado tempo, de qualquer forma, porque até que se fizesse a licitação do projeto e, depois, a licitação de sua implementação, meses se passariam. Mantemos agora negociação com o BNDES, já que o apoio será mantido, mas evidentemente vai ter que ter sua aplicação reestruturada. Muitas das rubricas deixaram de fazer sentido em função do desaparecimento de todo o conteúdo do Palácio.

Com isso tratamos finalmente dos augúrios – que não são nada desanimadores.

Logo em seguida ao incêndio, o Ministério da Educação alocou um valor de 10 milhões emergenciais para o Museu, dos quais 8 milhões e meio foram imediatamente liberados; o que permitiu a contratação de uma empresa que está fazendo o trabalho de sustentação das paredes e de cobertura das ruínas. Um trabalho que está em curso, muito delicado e muito complexo, porque ele tem que ser feito com três agentes simultâneos: a empresa contratada; a Polícia Federal, que continua achando que vai conseguir detectar a origem física do incêndio, e a equipe de resgate do Museu, montada pelos arqueólogos da Casa, que têm uma expertise específica para essa tarefa. Montaram um projeto capitaneado por uma ex-diretora do Museu que é antropóloga biológica, mas com formação em arqueologia, Cláudia Ferreira Carvalho, compondo um plano absolutamente impecável de trabalho em relação à segurança dos materiais e das equipes. Contempla, enfim, todos os aspectos necessários à realização desse trabalho; que é um trabalho de formiga, que está indo bem, segundo os relatórios da comissão. Mas é um trabalho lento, um trabalho que não vai terminar antes de um ano. E nesse trabalho já foram encontrados muitos itens de interesse. Vocês já souberam pela imprensa provavelmente da recuperação dos fragmentos do crânio da Luzia, não? Foi um momento emocionante. Houve também o achado de um meteorito particularmente raro, o meteorito Angra dos Reis. Foram encontrados os fragmentos das partes metálicas da armadura medieval de samurai que tinha acabado de ser restaurada e que nunca chegou a ser apresen-

tada ao público. Tudo isso vai sendo colocado nos laboratórios de restauração, tanto o antigo do Museu, quanto os que tiveram que ser montados de emergência em módulos metálicos à volta do Palácio.

E, com isso, posso esclarecer essa outra dimensão do desastre, que foi a do que se salvou. Salvou-se tudo o que estava no Anexo Alípio Miranda Ribeiro, uma área edificada, meio subterrânea, que existia ao lado do Palácio. Quem o frequentou sabe onde se localiza, à direita de quem entrava no Museu pela portaria de serviço. Ali sobreviveram algumas coleções zoológicas importantes, e todo o laboratório de conservação e restauração, recuperado no início deste século com recursos da finada Fundação Vitae. Assim como esse prédio, foi também preservado – claro – todo o Horto Botânico, que é uma parte importante do Museu, que fica mais distante, embora no interior da Quinta da Boa Vista, na direção da estrada de ferro. É ali que se encontram esses três prédios grandes mencionados: o da Biblioteca central, o do Departamento de Vertebrados, e o do Departamento de Botânica. Dessa forma, esses segmentos fundamentais do acervo da Casa, que eram a biblioteca geral e o herbário, foram preservados, assim como o acervo de vertebrados e alguns laboratórios menores, de invertebrados e da arqueologia. Ali também se encontram outros prédios menores, inclusive o pavilhão de aulas, que está sendo agora intensamente utilizado para manter as seis pós-graduações do Museu em funcionamento. Porque, além do programa de antropologia social, que, como disse, foi fundado em 1968, já nos anos 1970 tinham sido fundadas as pós-graduações de zoologia e de botânica, que estavam ganhando naquele momento um dinamismo maior, após um período meio letárgico. E mais recentemente tinham sido criados os programas de pós-graduação em arqueologia, em linguística etnológica, e em geopaleontologia. De modo que esses seis programas estão tendo que sobreviver juntos lá no Horto Botânico, o que não é nada fácil. A antropologia social, além de perder toda a sua preciosa biblioteca, perdeu todas suas salas de aula e seus gabinetes de trabalho – o que significou, para muitos de nós, a perda de todos os nossos arquivos, das nossas bibliotecas, de nossos patrimônios de pesquisa. Foi esse o meu caso; mas o mais grave creio ter sido o de Moacir Palmeira, que perdeu inclusive acervos pessoais importantes. Pelo menos no meu caso, eu tinha uma pequena parte da biblioteca em casa.

Com isso, as iniciativas de reconstrução e recomposição do Museu (que vive!) são as seguintes. Primeiro, esse pacote do BNDES e essa dotação emergencial do MEC, acrescida como foi, posteriormente, de mais cinco milhões de reais. Ontem

à tarde tivemos uma reunião da força-tarefa do MEC para a recuperação do Museu Nacional, que envolve a UNESCO. No fim da tarde, já se desenhava a confirmação da liberação do que faltava dos recursos do MEC. Conseguimos ontem participar também da audiência pública que um deputado do Rio de Janeiro tinha pedido ainda antes do incêndio para promover os 200 Anos do Museu. Agora teve outro tom, é claro, de conclamação ao apoio do Congresso à recuperação do Museu Nacional. Foi uma cerimônia bem-sucedida, embora não fosse grande a bancada de deputados presentes. Sempre é assim no Congresso Nacional, desde que não se trate de uma das grandes questões polêmicas da nação. Mas havia alguns apoiadores influentes e importantes, com o que conseguimos finalmente, na tarde de ontem – que era, por acaso, a do último dia para a formalização de emendas parlamentares – fechar uma emenda de bancada de 56 milhões para o ano próximo. Infelizmente, é claro, a liberação desses recursos já vai depender de outro governo e vai implicar obviamente numa luta difícil. Mas não deixam de ser elementos de bom augúrio, fatos a que a gente tem que se apegar para viabilizar nossos planos. Ao mesmo tempo, há uma rede de solidariedade imensa, planetária, de todos os museus de história natural do mundo, de instituições de ensino e pesquisa, de governos de diversas nações, através de suas embaixadas e de seus institutos culturais. Ontem ainda, organizava-se no MEC uma centralização das informações sobre esses apoios oficiais internacionais para que o MEC os pudesse gerenciar junto com o Ministério das Relações Exteriores. Mas há também muitas doações individuais, de livros para a biblioteca do PPGAS, de peças para as coleções perdidas, de dinheiro. A Associação de Amigos mantém uma conta aberta no Banco do Brasil para doações nacionais, além de uma conta aberta nos Estados Unidos para doações internacionais. Mas o ponto fundamental de todo o nosso planejamento é a obtenção de um terreno próximo à Quinta da Boa Vista, que já estávamos pleiteando desde janeiro deste ano, com grandes dificuldades. Trata-se de um terreno devoluto, pertencente à União, e gerenciado, portanto, pelo Serviço do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento. É um terreno muito cobiçado, de 50 mil metros quadrados (quase o mesmo tamanho de todo o Horto Botânico), e que fica logo depois da avenida que margeia a Quinta, entre o Horto e as linhas da estrada de ferro e do metrô. Foi a sede das cavalariças do Palácio Imperial, que se tornou um quartel de cavalaria, que foi, por sua vez, demolido para servir de estacionamento para as Olimpíadas e para a Copa do Mundo, já que é muito próximo do Estádio do Maracanã. Havia uma série de instituições e ações de Estado tentando ocupar esse terreno. Acho que só passamos

a ter condições de consegui-lo em função do desastre e de uma certa pressão do MEC, nas atuais circunstâncias. Nunca se sabe muito bem como essas coisas terminam nos gabinetes de Brasília, mas efetivamente parece que está garantida a cessão desse terreno de 40 mil metros quadrados para o Museu, ficando os restantes 10 mil metros quadrados para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que estava também cobiçando o terreno, e que concordou em ficar apenas com essa parcela e fazer uma compensação financeira para o Museu, com o cercamento da área e com o apoio da construção de dois prédios de módulos (que se agregariam a um terceiro prédio que faz parte da dotação do BNDES). A primeira parcela do contrato do BNDES, que está agora em jogo, consiste na reforma do prédio da Biblioteca, de modo que ele seja mais bem aproveitado, e na construção desse prédio de módulos pré-fabricados, que servirá para a instalação dos laboratórios, gabinetes e coleções reconstituídas. Os recursos das demais parcelas servirão tanto para a reconstrução do Palácio quanto para as novas instalações nas Cavalariças. A linha de ação de reconstrução do Palácio conta, assim, além dos recursos iniciais do MEC e do contrato com o BNDES, com os recursos da emenda de bancada e com outras dotações menores. Já foi negociada com o IPHAN a estratégia de reconstrução e recuperação do prédio, que será dedicado exclusivamente à exposição e à educação ampliada, como desejávamos há pelo menos vinte anos.

Essas são assim as principais linhas de força do nosso movimento neste momento. É preciso dizer que os programas de pós-graduação estão funcionando normalmente, embora em condições emergenciais e limitantes. O bem-vindo mundo digital permitiu salvar muito do que todos nós estávamos fazendo, de modo que as disciplinas puderam continuar sendo ministradas e a grande maioria das pesquisas puderam se manter em curso. A situação da secretaria do Programa é mais crítica, já que algumas informações não estavam disponíveis na nuvem, e os arquivos se foram. Os outros programas de pós-graduação (fora o de Botânica) foram mais afetados, porque dependem – na zoologia, arqueologia, geologia, paleontologia – dos materiais físicos, dependem das coleções, dos laboratórios, de equipamentos complexos, como o microscópio eletrônico de varredura – que se foi. Há quem estivesse fazendo uma tese ou desenvolvendo um projeto sobre determinado inseto, que não existe mais. Até que se faça uma nova coleta, não há condições de terminar o trabalho em curso. Olhando por outro lado, essa dramática situação permitiu que muitas ofertas beneméritas de apoio incluíssem a ida para o exterior de quem tivesse perdido as coleções de trabalho, de modo a poder terminar as dissertações

e teses. Esse é apenas um exemplo da intensidade da rede de solidariedade nacional e internacional que continua sendo tecida em torno da instituição ferida.

Em resumo, o Museu está lutando bravamente, buscando fazer com que se catalisem essas diferentes forças num período em que as imagens dramáticas do incêndio ainda empolgam a imaginação de alguns dirigentes do país, da imprensa, das pessoas que se lembram daquela primeira visita infantil ao Museu Nacional. Quem sabe o recurso a esse profundo vínculo afetivo, emocional, não ajuda a iluminar alguns gestores da nação para o empreendimento desafiador da reconstituição do Museu Nacional, com a reconstrução do Palácio de São Cristóvão e a consequente reinstalação de uma exposição carregada de benefícios educativos, assim como a recomposição da vida científica e acadêmica do Museu nas instalações que logo brotarão no novo terreno obtido – mesmo que ainda temporárias. O Museu vive! Obrigado!

Recebido: 06/02/2019
Aprovado: 17/03/2019

Luiz Fernando Dias Duarte é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1972), obteve o mestrado em Antropologia Social pela UFRJ (1978) e o doutorado em Ciências Humanas pela mesma universidade (1985). Fez pós-doutorado na EHESS, Paris (1991). Atualmente é Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da UFRJ. É pesquisador 1A do CNPq. Desde o livro Da Vida Nervosa nas classes trabalhadoras urbanas (1986), publicou ou editou outros treze; além de uma centena de trabalhos científicos. Já orientou mais de setenta teses e dissertações. Foi Professor Visitante nas Universidades de Brasília, Paris-Nanterre, Buenos Aires, Liège, Federal do Rio Grande do Norte e Nacional de Misiones. Foi Vice-Diretor e Diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro, e membro do Conselho Consultivo do IPHAN/MINC. É Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico. Tem experiência na área de Antropologia das Sociedades Complexas, com ênfase em Construção Social da Pessoa e História das Ideias Antropológicas. ORCID: 0000-0001-7610-1527. Contato: lfdduarte@uol.com.br